

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC001404/2017  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 05/07/2017  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR038141/2017  
NÚMERO DO PROCESSO: 46220.004953/2017-18  
DATA DO PROTOCOLO: 26/06/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE SECRETARIADO NO ESTADO DE SC, CNPJ n. 80.151.764/0001-17, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANA MARIA NETTO DA SILVA e por seu Vice-Presidente, Sr(a). ELIZABETH PUGISKI;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS CONTABEIS, ASSES. CONSULT. PERICIAS, INFORMACOES E PESQUISAS DA GRANDE FPOIS, CNPJ n. 80.672.587/0001-14, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FERNANDO BALDISSERA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2017 a 30 de abril de 2018 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Categoria Profissional Secretárias (diferenciada), integrante do 2º grupo "Empregados de Agentes Autônomos do Comércio"**, com abrangência territorial em **Águas Mornas/SC, Alfredo Wagner/SC, Angelina/SC, Anitápolis/SC, Antônio Carlos/SC, Biguaçu/SC, Canelinha/SC, Florianópolis/SC, Garopaba/SC, Governador Celso Ramos/SC, Leoberto Leal/SC, Major Gercino/SC, Nova Trento/SC, Palhoça/SC, Paulo Lopes/SC, Rancho Queimado/SC, Santo Amaro Da Imperatriz/SC, São Bonifácio/SC, São João Batista/SC, São José/SC, São Pedro De Alcântara/SC e Tijucas/SC.**

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Ficam assegurados, para os empregados abrangidos por esta Convenção, os seguintes salários normativos:

- a) **Nível Médio** - o valor de **R\$ 1.049,00**(Mil e quarenta e nove reais) mensais, a partir de **01.05.2017**.

**(b) Nível Superior** – o valor de **R\$ 1.332,00** (Hum mil trezentos e trinta e dois reais), mensais, a partir de **01.05.2017**.

**Parágrafo Primeiro** - Os pisos referidos nos letras "A" e "B" da cláusula segunda desta Convenção serão devidos exclusivamente aos profissionais que preencham os requisitos da Lei N<sup>o</sup>. 7.377/85, de 30/09/85 e Lei 9.261/96, de 10/01/96, desde que apresentem o seu Registro Profissional, conforme as Leis retro mencionadas.

**Parágrafo Segundo** - A parte variável, quando for o caso, não será incluída para efeitos de consideração do Piso Salarial.

**Parágrafo Terceiro** - São considerados integrantes da Categoria Diferenciada de Secretário todos os profissionais que exercem as atribuições da **Lei 7377/85**, de **30/09/85**, independente do nome que consta no seu vínculo empregatício, associados ou não ao **SINSESC** e independente de terem Registro Profissional no Órgão competente ou não.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários dos profissionais atingidos por esta CCT serão reajustados no percentual de **5%**(cinco por cento), retroativos a 1<sup>o</sup>. De maio/17, mês da Data-Base da Categoria.

### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA QUINTA - ABONO DE FALTA DE ESTUDANTES**

Para os profissionais matriculados nos cursos de secretariado, mediante aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas, informado por escrito, será abonada, sem desconto, a sua ausência, no dia da prova escolar obrigatória por Lei, quando comprovada sua finalidade, inclusive nos exames vestibulares.

### **Disposições Gerais**

#### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA SEXTA - SOLUÇÃO DE CONFLITOS ORIUNDOS DA CCT**

Os empregados, abrangidos por este **Contrato Coletivo de Trabalho** que acharem conveniente poderão utilizar, como forma de solução de conflitos oriundos desta CCT, **a mediação e a Arbitragem**.

## Aplicação do Instrumento Coletivo

### CLÁUSULA SÉTIMA - ADESÃO ÀS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DOS INSTRUMENTOS DA CATEGORIA PREPONDERANT

Adotam as partes, como aplicáveis aos integrantes da **Categoria Econômica Profissional Diferenciada**, as mesmas cláusulas, condições e benefícios e compromissos constantes da Convenção Coletiva de trabalho da categoria preponderante que regem as relações entre as empresas industriais abrangidas e as respectivas Categorias Profissionais Preponderantes, tanto aquelas em vigor, como aquelas que vierem a vigorar no prazo de vigência da presente Convenção.

## Descumprimento do Instrumento Coletivo

### CLÁUSULA OITAVA - MULTA

Fica acordada, pelas partes, multa equivalente a 3% (três por cento) do menor salário normativo, por infração e por empregado prejudicado desta categoria, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas contidas no presente instrumento, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada, excetuadas as cláusulas que possuam multas específicas, na lei ou nesta Convenção.

## Outras Disposições

### CLÁUSULA NONA - EXTENSÃO DE BENEFÍCIOS

As empresas concederão aos profissionais representados pelo **SINSESC** todas as vantagens e benefícios que vierem a ser concedidos aos demais empregados, seja por Convenção Coletiva de Trabalho, liberalidade das Empresas ou Sentenças Judiciais.

ANA MARIA NETTO DA SILVA

Presidente

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE SECRETARIADO NO ESTADO DE SC

ELIZABETH PUGISKI

Vice-Presidente

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE SECRETARIADO NO ESTADO DE SC

FERNANDO BALDISSERA

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS CONTABEIS, ASSES. CONSULT. PERICIAS,  
INFORMACOES E PESQUISAS DA GRANDE FPOLIS

**ANEXOS**

**ANEXO I - ATA FLORIANÓPOLIS**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.